

**A Arquivística como disciplina  
científica: princípios, objetivos  
e objetos.**



Vanderlei Batista dos Santos

**A Arquivística como disciplina  
científica: princípios, objetivos  
e objetos.**

9Bravos  
Salvador/BA  
2015

© 2015 by Vanderlei Batista da Silva

Todos os direitos de publicação reservados à 9Bravos.

1ª edição, 2015

Edição: Ricardo Sodré Andrade

Capa e programação visual: Marla Maria Martins dos Santos

Diagramação: Emerson 'missun'

Revisão: Adalton Silva

S 237

SANTOS, Vanderlei Batista dos.

A Arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos / Vanderlei Batista dos Santos. – Salvador : 9Bravos, 2015.

ISBN 978-85-67178-05-9

1. Arquivologia. I. Título

CDD: 025.1714

Índice para catálogo sistemático:

1. Arquivologia 025.1714

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei 9.610/98.

9Bravos

Caixa Postal 10537

CEP: 40170-970

Salvador - Bahia - Brazil

contato@9bravos.com.br

www.9bravos.com.br

www.facebook.com/9bravos

# Sumário

---

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2. A ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA CIENTÍFICA</b> .....	<b>23</b>
2.1 A institucionalização da arquivística como disciplina .....	37
2.1.1 Escolas e universidades .....	39
2.1.2 Profissão e instituições de classe .....	43
2.1.3 Eventos técnico-científicos .....	47
2.1.4 Instituições normatizadoras e de discussão teórica e técnica .....	50
2.1.5 Publicações técnico-científicas .....	56
2.2 Terminologia: arquivística ou arquivologia? .....	66
2.3 Objetivos e objetos .....	86
2.3.1 A informação arquivística .....	94
2.3.2 Os documentos arquivísticos .....	104
2.3.2.1 Características do documento arquivístico .....	115
2.3.2.1.1 Fixidez .....	117
2.3.2.1.2 Organicidade .....	119
2.3.2.1.3 Naturalidade .....	120
2.3.2.1.4 Unicidade .....	121
2.3.2.1.5 Autenticidade .....	122
2.3.2.1.6 Imparcialidade .....	123
2.3.3 Os arquivos .....	125
<b>3. OS PRINCÍPIOS DA ARQUIVÍSTICA</b> .....	<b>135</b>
3.1 Proveniência ou respeito aos fundos .....	147
3.2 Respeito à ordem original .....	154
3.3 Territorialidade ou proveniência territorial .....	156
3.4 Ciclo vital dos documentos e teoria das três idades .....	158
<b>4. CONCLUSÕES</b> .....	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>187</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>215</b>



# Introdução



A teoria arquivística vem se desenvolvendo sistematicamente ao longo dos últimos dois séculos, desde a proposta do princípio da proveniência (*Principe du respect des fonds* ou *principe de provenance*, 1841) e das proposições práticas do “manual holandês” (*Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*, 1898). Observa-se que essa teorização inicial consistia na sistematização de uma prática já disseminada e com viés sobre os acervos arquivísticos públicos. Essas teorias e práticas, inicialmente visavam permitir o tratamento dos documentos de caráter permanente, mais especificamente aqueles armazenados nas instituições arquivísticas públicas, numa visão que privilegiava a História.

Bem mais tarde, com o surgimento dos conceitos de ciclo vital e gestão de documentos no escopo arquivístico, é que se passou a estudar e ampliar as técnicas arquivísticas para uso dos produtores, ou seja, abrangendo a documentação desde o momento de sua produção.

Nesta amplitude do tratamento documental foram realizados estudos sobre funções, princípios, técnicas e outras denominações que envolvem temas como avaliação, criação, arranjo, classificação e difusão de documentos arquivísticos, entre tantos outros, até as mais recentes normatizações de descrição arquivística e procedimentos sobre o tratamento de documentos arquivísticos digitais.

Desde o início da década de 1990, principalmente como reflexo da necessidade de gestão de documentos digitais, se vêm propagando a evolução da Arquivística de uma fase custodial para uma fase pós-custodial no qual, superficialmente falando, muda-se o foco do objeto arquivístico do documento para a informação nele registrada. Em outras palavras, distancia-se da ideia de depósito de documentos e passa-se para gestão da informação, ainda que limitada àquela caracterizada como arquivística.

Apesar dessa constante evolução, pode-se perceber na literatura da área a existência de vácuos teóricos e teorias ou definições que não são aceitas ou praticadas nas mesmas condições entre os profissionais da área, o que acaba por criar não apenas abordagens, mas concepções teóricas regionais e nacionais, fragmentando o corpus teórico da disciplina. Várias dessas “teorias” são necessárias reinterpretações locais frente ao contexto geográfico, político e social dos países nos quais são praticadas ou, ainda, propostas de abordagem metodológica, de ensino e/ou repensar da teoria. Pode-se citar, por exemplo, as escolas ou correntes teóricas de “gestão de do-

cumentos”<sup>1</sup> (originalmente norte-americana), da “Arquivística integrada”, “Arquivística Funcional ou Pós-moderna” e a “Diplomática arquivística” (canadenses)<sup>2</sup> e o “*records continuum*” (australiana).

A forma perversa do impacto do contexto local sobre a Arquivística pode ser ilustrada por um acontecimento ocorrido no Congresso Internacional de Arquivologia, em 2000, em Sevilha, Espanha. Verne Harris<sup>3</sup>, diretor do Arquivo Nacional Sul-africano, sentenciou, após ouvir a narrativa de um profissional europeu sobre a necessidade de aprofundamento teórico em relação à gestão de documentos digitais: “Deixemos de conversa sobre universalidade das discussões técnicas. Há, claramente, uma Arquivística europeia e a do resto do mundo”. Embora a declaração soe agressiva, uma rápida pesquisa bibliográfica demonstra que os estudos europeus e norte-americanos, bem como de outros países ditos de primeiro mundo, têm outro foco, visto que, como mencionou Harris, não estão preocupados com doenças como ebola, com guerras civis ou com as mortes por desnutrição varrendo todo o país.

A citada realidade africana, felizmente, não pode ser usada para nivelar o resto do mundo, embora a ideia por trás da afirmação do pesquisador continue válida, qual seja, a discussão arquivística também está subordinada às questões sociais, econômica, bem como ao estágio da evolução tecnológica de cada país, ou ainda, cada região de um país. Essa situação certamente influenciou na disparidade da evolução teórica arquivística ao redor do mundo. No caso do Brasil, por exemplo, até bem pouco tempo o foco era sobre estudos práticos quanto à demanda pela destinação (eliminação ou recolhimento às instituições arquivísticas) de massas documentais acumuladas em inúmeras instituições públicas, o que se denominava, à época, arquivos mortos. Essa realidade mantém-se em grande parte das regiões brasileiras.

A despeito de se reconhecer que abordagens regionais são uma característica desta disciplina, esta pesquisa parte da premissa de que a Arquivística padece de excessiva divergência na compreensão e aplicação de seus fundamentos nos diversos países. Numa primeira aproximação do problema, observa-se que a teoria arquivística, de acordo com a abordagem e a nacionalidade de cada pesquisador, tem apresentado divergências, seja nas definições, seja na identificação de seus componentes. As principais obras de referência em nível internacional parecem focar-se, em suas conclusões, sobre a prática local quando analisam os princípios e funções arquivísticas, e parecem desconsiderar possibilidades de harmonização entre conceitos. Não há um consenso mínimo, por exemplo, sobre a identificação e quantidade de objeto(s) e princípios arquivísticos.

---

1. Para uma análise aprofundada da evolução, da repercussão e dos vieses desse conceito consultar, por exemplo, Llansó i Sanjuan (1993).

2. Consultar, por exemplo, Tognoli (2010).

3. O artigo apresentado por Harris se intitulava “*Law, evidence, and electronic records: a strategic perspective from the global periphery*”.



Destaca-se, neste aspecto, que mesmo o nome da disciplina ora em estudo não é consensual. De norte a sul do país observa-se o uso de “Arquivologia” e “Arquivística”, às vezes como sinônimos, às vezes como termos distintos, embora exista uma predominância do primeiro sobre o segundo. Ao se ampliar o escopo de análise, percebe-se que tal fato se repete internacionalmente, coexistindo termos distintos (*Archivistics, Archival Science, Archivology, Archivística, Archivonomia, Archivistique*) para definir o campo disciplinar. Da mesma forma que ocorre no Brasil, algumas das definições levam a sinonímias, outras, todavia, apresentam distinções evidentes, principalmente no sentido de separar os aspectos técnicos dos teóricos ou especificando áreas de estudos como, por exemplo, a construção de edifícios para arquivos. Consideramos que essas definições diversas são indicadoras de divergências conceituais não solucionadas representativas de uma disciplina ainda em amadurecimento.

Embora Kunh (2006) considere normal que objetos e métodos de uma disciplina possam variar no tempo, e entre comunidades científicas de uma mesma disciplina, acreditando, ainda, que “aberrações” de escolha de métodos e objetos seriam corrigidas pelo processo histórico de evolução da disciplina, entendemos que é possível, conscientemente, promover essa “autocorreção” por meio da definição de estatutos mínimos em relação aos métodos e análise dos objetos.

Dessa forma, consideramos imprescindível a identificação e a caracterização dos conceitos e princípios arquivísticos que servem de instrumentalização da disciplina Arquivística em nível nacional e, na medida dos limites da pesquisa, internacional. Tendo êxito neste objetivo de identificação de seus estatutos mínimos, pode-se almejar compreender melhor sua utilização contemporânea, confirmando ou retificando a existência de cada um deles, ou ainda, reinterpretando-os e os adequando à nossa realidade atual.

Neste sentido, além de apresentar dados que comprovem a institucionalização da Arquivística como uma disciplina, buscou-se arrolar e analisar amplo aspecto de sua teoria, englobando princípios, teorias e as características de seus objetos de estudo, conforme elencado a seguir:

- a. denominação (Arquivologia e/ou Arquivística), abrangência e objetivos;
- b. objeto(s) de estudo e suas características, aí incluídos os atributos documentais: completeza, autenticidade, imparcialidade, naturalidade, organicidade, cumulatividade e unicidade e outros identificados na literatura;
- c. princípios: da proveniência ou do respeito aos fundos, de respeito à ordem original, da territorialidade, da pertinência, da unicidade, da organicidade, da indivisibilidade, da cumulatividade e da funcionalidade, ciclo vital e outros identificados na literatura.

A busca pelos objetivos desta pesquisa foi conduzida em atenção a duas hipóteses principais de trabalho. Pela primeira, entendia-se que a falta de consonância em aspectos da teoria arquivística no mundo é decorrente das vicissitudes nacionais expressas

nos manuais adotados. Essa hipótese foi verificada pela análise comparativa entre os manuais desses países que condensam e traduzem para uso local aspectos envolvendo:

- fundamentos teóricos: objetivos e objetos da Arquivística, princípios teóricos, definições técnicas;
- existência de legislação abrangendo aspectos de interesse arquivístico, incluindo definições técnicas e políticas de acesso à informação;
- tradução e terminologia.

A segunda hipótese considerava que, a despeito dessas vicissitudes nacionais, é possível o reconhecimento de estatutos mínimos que permitam a interação internacional entre os teóricos a partir de pressupostos globais, embora sob a interpretação das realidades locais.

Uma pesquisa com o foco ora proposto, deveria abranger, também, as funções arquivísticas, principalmente em se considerando que sua enumeração representada, por exemplo, por diagnóstico, criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição, difusão ou acesso e identificação<sup>4</sup>, não é consensual sequer no âmbito brasileiro. Todavia, visto à amplitude do estudo das funções, optou-se por excluí-lo do escopo da pesquisa, buscando, ao restringir sua abrangência alcançar maior verticalização das discussões.

Delimitar o universo de pesquisa que atenda aos objetivos declarados anteriormente é uma tarefa hercúlea, mas necessária à exequibilidade das análises. Esta pesquisa está calcada na literatura internacional que, direta ou indiretamente, influenciou o pensamento arquivístico brasileiro.

A Arquivística brasileira tem sido construída a partir dos conhecimentos trazidos por profissionais que estudam e trabalham com conceitos advindos de determinadas realidades europeias e/ou norte americanas, em sua maioria. No início da Arquivística no Brasil, tal conhecimento advinha dos profissionais convidados a visitarem o país e ministrarem treinamentos – sendo essencial a participação do Arquivo Nacional nesse processo –, pelos profissionais brasileiros que faziam estágios e visitas técnicas no exterior e pela tradução de obras estrangeiras para o português. Segundo Paulo Roberto Elian dos Santos, a formação dos profissionais brasileiros, entre as décadas de 1950 e 1970, “sofreu influência das escolas vinculadas às tradições norte-americana ou francesa” e nas décadas seguintes as instituições arquivísticas e universidades brasileiras, na busca por uma identidade teórica nacional, aproximaram-se de outras escolas, destacando-se as relações com o Canadá (Universidade de Montreal) e a Espanha, com os “estudos produzidos nos ambientes da administração e da formação universitária” (Santos, 2010, p.74).

---

4. Esta relação parte da obra de Couture *et alii* (2003) adicionada da proposta de “identificação” desenvolvida por Ana Célia Rodrigues (2008). Registramos que, embora Couture *et alii* (2003, p.14) insiram “diagnóstico” entre as funções arquivísticas, consideram que não é, exatamente, uma função da área, mas das ciências administrativas, sendo preciso adaptá-lo para atender às necessidades específicas dos arquivos.

Marques (2011, p.268), por sua vez, identificou os “Países de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área (1972-2006)”. Além do Brasil, em primeiro lugar, com 60,89% das referências, os dez países de onde se originam as publicações mais utilizadas pelas pesquisas de pós-graduação com temática arquivística no Brasil são: França (7,98%), Espanha (6,94%), Estados Unidos (5,11%), Canadá (4,00%), Portugal (3,36%), Itália (1,99%), Inglaterra (1,92%), Austrália (1,11%), Argentina (1,09%). Esses países correspondem a 94,39% das citações. Os demais, mais de vinte, incluindo publicações binacionais, correspondem a 5,61%.

Ao analisar as tendências<sup>5</sup> internacionais sobre o desenvolvimento arquivístico no Brasil, Marques (2011, p.274,300) concluiu que convivem “tendências híbridas”, ou seja, transita “entre os diversos paradigmas do pensamento arquivístico internacional”. Em outras palavras, não há uma prevalência de referencial teórico desses países sobre os autores das pesquisas de pós-graduação oriundas de programas espalhados pelo Brasil, nem individual, nem coletivamente, por instituição ou região. O que é sinônimo de uma visão nacional calcada nas diversas tendências mundiais, não orientada a um único viés teórico. A autora faz a ressalva, em complemento, de que essa transição entre os paradigmas realizada no Brasil precisa ocorrer, necessariamente, “de forma consciente e crítica a fim de evitarmos (re)apropriações inadequadas à nossa realidade” (Marques, 2011, p.300).

Esta pesquisa exploratória tem seu principal foco no levantamento e na análise da produção bibliográfica arquivística produzida e/ou publicada em português, espanhol, inglês e francês, produzida pelos 94,39% países preponderantes nos referências utilizados pelos pesquisadores brasileiros e identificados por Marques (2011), quais sejam: Brasil, França, Espanha, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Inglaterra, Austrália e Argentina, além de outros textos identificados durante a pesquisa. Todavia, às análises do universo delineado, sempre que possível, serão incorporadas reflexões em relação a outros países cuja realidade teórica permita confrontar ou confirmar as visões arroladas. Tal concessão pode ser observada, sobremaneira, nas questões terminológicas.

A pesquisa resulta, portanto, em uma visão predominantemente ocidental da disciplina, visto a limitação linguística deste pesquisador em relação a outros idio-

---

5. O termo “tendência” foi utilizado pela autora no sentido de agrupamento dos autores quanto à sua “origem”, portanto, possui viés geográfico.

mas, sob os quais também existe produção teórica arquivística relevante<sup>6</sup>. Além disso, salvo algo da produção teórica alemã, foram encontrados poucos textos de autores nativos das demais línguas que tenham sido produzidos ou traduzidos para os idiomas acessíveis por este pesquisador. Tal fato dificultou o acesso e, em última análise, inviabilizou e a inserção desses textos no escopo desta pesquisa, senão por meio de citações secundárias (*apuds*).

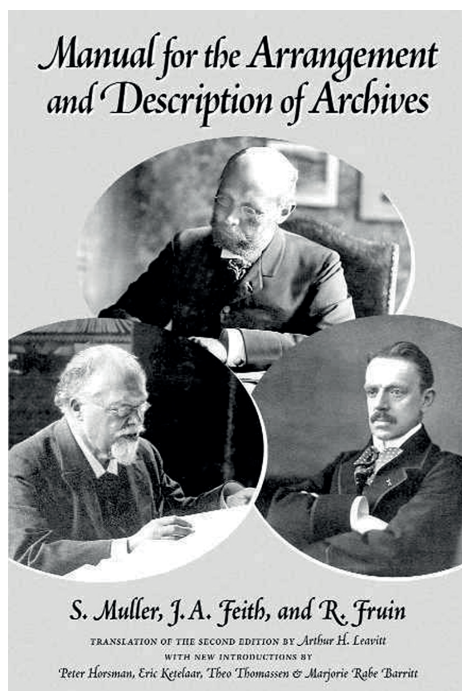


Figura 1 – “Manual Holandês”, edição de 2003, em inglês, da *Society of American Archivists* (SAA)

Apesar de não terem sido ignoradas citações na literatura sobre outras práticas que seriam a origem efetiva de teorias arquivísticas, nem publicações mencionadas como sistematizações práticas mais antigas, como apontam vários teóricos e técni-

6. Entre as publicações selecionadas por Pirkko Pastas (1992), como representativas da produção arquivística mundial, podem ser citadas, com traduções aproximadas, as dos russos Dolgich e Rudelson (*Teoria i praktika arhivnogo dela v SSSR* – Teoria e prática arquivística da URSS, 1980), do polonês Biernat Czesław (*Problemy archiwistyki w polskiej Podrecznik* – Problemas da moderna ciência arquivística, 1977), do sueco Nils Nilsson (*Arkivunskap* – Estudos em arquivos, 1973) e dos alemães Gerhard Enders (*Archivverwaltungslehre* – teoria arquivística, 1967) e Johannes Papritz (*Archivwissenschaft* – Arquivologia, 1977), além da coletânea de textos sobre o princípio da proveniência organizada pelos holandeses Horsman e Sigmund (*Het land van herkomst een reader van artikelen rond het herkomstbeginsel*, 1983).

cos da área (Lodolini, 1993; Rousseau, Couture, 1994; Alberch I Fugueras, 2003), decidiu-se por definir o “manual holandês” como o marco do início da sistematização teórica da área. Isso se deve à aplicação de análises que contextualizam o manual em relação aos estudos de poder vinculado ao pensamento científico, o conceito de institucionalização de um campo científico, e ainda, o entendimento de paradigma científico como requisito à existência de uma ciência. Ao se analisar as publicações fundadoras da área sob estes prismas, conclui-se que aquele manual é a publicação aceita como referencial inicial da sistematização de uma prática e de uma teoria arquivística, devido a sua ampla aceitação mundial, apontada em inúmeras publicações, entre as quais, Association des Archivistes Français (1991), Jenkinson (1922), Casanova (1928), Silva *et alii* (1999) e Schellenberg (2002).

De autoria dos holandeses S. Müller, J. A. Feith e R. Fruin, com o título original de *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*, publicado pela Associação dos Arquivistas Holandeses, 1898, o conhecido “Manual Holandês” possui traduções para várias línguas (alemão, francês, inglês, italiano e outras), dentre elas aquelas com os títulos de *Manuel por le Classement et la Description des Archives* (1910, França), *Manual for the Arrangement and Description of Archives* (1940, New York/USA) (Fig. 1). O livro chegou ao Brasil em 1960, como “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos” por uma iniciativa do Arquivo Nacional. Tal ato era a continuidade de ações similares da instituição e que trouxe ao país outros textos igualmente basilares, como “Arquivos Modernos: princípios e técnicas” (*Modern archives: principles and techniques*, de 1956) e Arquivos correntes: organização e funcionamento (*Records Organization and Operations*, de 1969)<sup>7</sup>.

O manual é considerado pela maioria dos teóricos como um marco da área. Apenas para ilustrar esta afirmação, registramos que Schellenberg (2002, p.37) chegou a afirmar que essa obra é, “do ponto de vista da contribuição universal para a Arquivística o mais importante manual escrito sobre administração de arquivos”. Visão complementada por Silva *et alii* (1999, p.116) que afirmam que, após um século de sua elaboração, “a fundamentação teórica e a grande maioria das recomendações nela contidas permanecem irrepreensíveis”.

A base inicial da pesquisa recai sobre essas e outras obras fundadoras da Arquivística como disciplina, predominantemente manuais técnicos, focadas no “como fazer”. São produções patrocinadas por instituições arquivísticas, universidades e associações profissionais ou instituições internacionais focadas na temática arquivística. Entre as mais emblemáticas obras produzidas como manuais nacionais

---

7. Esta obra, que tem como objetivo oferecer, pelo viés da Arquivística canadense, “um manual de referência [...] para manuseio eficiente de documentos correntes” e “informações técnicas e diretrizes operacionais básicas relativas à administração de arquivos correntes” [ARQUIVO PÚBLICO (Canadá), 1975, p.1], teve pouca repercussão entre as instituições públicas brasileiras, arquivísticas ou não, e, mesmo, entre as universidades. Talvez porque, há época, o foco da Arquivística nacional eram os arquivos permanentes.

ou alçados, pelo uso e aceitação, à condição de obra de referência, e que serão objeto de estudo desta pesquisa, destacam-se “*A manual of archives administration*” (1922), do Reino Unido, “*Archivistica*” (1928) e “*Archivistica: principi e problemi*” (1984), da Itália, “*Manual de Archivologia Hispanoamericana: teorías y principios*” (1961), na Argentina, “*Les archives au XX<sup>me</sup> Siècle: une réponse aux besoins de l’administration et de la recherche*” (1982), do Canadá, “*A modern archives reader: basic reading on archival theory and practice*” (1984), dos Estados Unidos, o “*Manuel d’Archivistique: théorie et pratique des archives publiques em France*” (1970) e “*La pratique archivistique française*” (1993), da França, “*Archivistica general: teoria y práctica*” (1986), da Espanha e “*Keeping Archives*” (1987), da Austrália.

Para Rousseau, Couture *et alii* (1998, p.53) “a publicação de manuais é uma etapa na constituição de uma disciplina científica”, porque esse tipo de instrumento permite a articulação e a transmissão do conhecimento específico, além de estabelecer uma tradição. Apesar de se concordar com essa visão, ponderamos que o viés prático dessas obras orientadoras não incita a um aprofundamento teórico dos fundamentos da disciplina. Ao contrário, tais publicações direcionam os arquivistas na busca de aplicações para uma teoria ainda em discussão. O que não seria um problema em si, se a busca pela aplicação prática resultasse no repensar teórico, o que não vem acontecendo, principalmente em língua portuguesa (Silva *et alii*, 1999, p.18). O que se tem observado são obras normalmente focando práticas locais quando analisam os princípios e funções arquivísticas, como se fossem teorias acabadas sem margem de rediscussão e revisão – contrariando uma das regras da evolução do conhecimento científico – e, nesse sentido, parecendo desconsiderar possibilidades de universalização dos conceitos. Tal ação é, também, observada no Brasil.

A opção pela adoção dos manuais como escopo inicial de análise da teoria arquivística internacional, a despeito de considera-los, simultaneamente, rasos, em relação à discussão teórica, deve-se ao seu uso arraigado em nível internacional. Além disso, são “fontes de autoridade” (Kuhn, 2006), sintetizando as “tendências históricas do pensamento arquivístico, mesmo que num sentido peculiar, contingencial e operacional” (Marques, 2011, p.71). Todavia, a fim de confrontar as visões manualísticas, a pesquisa não se limitou a essas referências, abrangendo outros textos da literatura da área.

Este estudo foi realizado em duas etapas. Na primeira se partiu de uma pesquisa exploratória na literatura existente sobre o tema, elegendo como aspectos norteadores as publicações elaboradas a partir de 1898, data de publicação do “manual holandês”, e a acessibilidade dos textos encontrados, tanto em termos linguísticos (português, francês, espanhol e inglês) quanto de disponibilidade para leitura física (bibliotecas ou livrarias no Distrito Federal ou compra via *web*) ou digital (bases de dados e periódicos eletrônicos).

Na pesquisa geral na *web* e em bases de dados de bibliotecas e de instituições arquivísticas ou com foco nos estudos arquivísticos, como Arquivo Nacional, Conselho Internacional de Arquivos, Associação dos Arquivistas Brasileiros, foram buscados termos que representam as diversas visões da teoria arquivística, suas definições, seus objetivos e objetos, dentre eles: Arquivologia, Arquivística, além de suas traduções para espanhol (*Archivología, Archivistica, Archivonomia*), inglês (*Archivistics, Archival Science, Archivology*) e francês (*Archivistique, Archivologie*). Também foram buscados termos específicos, individualmente e por relações booleanas, como ciclo vital (*cicle de vie, vital cycle, life cycle*), informação arquivística (*información archivística, information organique*), arquivos (*archives, archivos*), documento arquivístico (*document d'archives, documento archivístico, record*).

De início, focou-se nas publicações que apresentam listas ou estudos sobre bibliografia arquivística, a fim de identificar aquelas comumente apontadas como referenciais para a área. Nessas publicações, buscamos, prioritariamente, os manuais produzidos no Brasil, França, Espanha, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Inglaterra, Austrália, Argentina e, também, na Itália<sup>8</sup>. Na análise desses manuais, utilizamos Pirkko Rastas (1992) que, em pesquisa realizada para os Estudos RAMP, propôs 10 categorias de agrupamento para os manuais arquivísticos existentes à época, entre as quais foram selecionadas as quatro mais condizentes com os objetivos dessa pesquisa, quais sejam: 1) manuais gerais (obras de referência, manuais clássicos, coletâneas de artigos); 2) terminologia; 3) teoria arquivística; 4) novas tecnologias.

Nesses levantamentos, consideramos outros trabalhos já existentes, com destaque para a listagem elaborada por Marques (2011, p.345-365), denominada “Manuais arquivísticos internacionais segundo a literatura da área (1898-2000)”. Todavia, conforme já mencionado, a despeito dos manuais serem “fontes de autoridade”, consideramos que o conhecimento neles registrado não contém profundidade teórica, mas instruções sobre como se deve proceder, sendo, em geral, um “mero compêndio do saber cristalizado” (Silva *et alii*, 1999, p.18). Nesse sentido, optou-se por complementar as análises dos manuais abrangendo textos com discussões teóricas pontuais e atuais, principalmente aqueles apontados como referência bibliográfica nos programas dos cursos de graduação e pós-graduação com temática arquivística, identificados no levantamento das instituições de ensino de outros países.

Observamos que no Brasil e em Portugal, dois dos países do universo de pesquisa, não há uma publicação que se possa denominar de manual nacional. Assim, no Brasil foram adotados como referenciais teóricos da área os manuais (originais ou traduzidas) produzidos nos outros países. Apesar de várias publicações, como

---

8. Universos de pesquisa definido a partir da identificação dos “Países de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área (1972-2006)” realizada por Marques (2011, p.268).

Gomes e Helluy (1976), Bellotto (2004), Castro, Castro e Gasparian (1988) e Paes (2004), todas originalmente das décadas de 1970 e 1980, terem obtido grande difusão, nenhuma oferece subsídios para discussões gerais sobre a teoria e a prática arquivísticas nacional. Assim as análises serão feitas sobre as obras mais utilizadas pelos pesquisadores nacionais identificados nas obras arquivísticas. Com esse objetivo será utilizada a pesquisa realizada sobre o acervo disponível na Biblioteca do Arquivo Nacional (Marques, 2011, p.260), que identificou, entre os autores mais citados, em ordem alfabética: Ana Maria de Almeida Camargo, Astréa de Moraes e Castro, Heloísa Liberalli Bellotto, José Maria Jardim, José Pedro Pinto Esposel e Luís Carlos Lopes.

Por encontrar-se em situação bibliográfica similar ao Brasil, e com uma tradição arquivística parecida, focalizaremos a análise de Portugal às obras de Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro que tem chegado ao Brasil com exemplos do atual viés analítico da disciplina naquele país.

Além dos textos mencionados, também foram consultadas normatizações cujo teor incidisse sobre a teoria e a prática arquivística. Entre elas as produzidas por instituições normalizadoras brasileiras [Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)], estrangeiras (arquivos públicos nacionais, associações profissionais) e internacionais [ICA/CIA e *International Organization for Standardization* (ISO), neste último caso, especificamente, as normas ISO 15.489-1 e ISO 15.489-2, de gestão de documentos].

Todos esses levantamentos e análises estão apresentados em três capítulos neste livro, sendo um reservado às conclusões. No primeiro apresenta-se a Arquivística como uma disciplina científica, analisando sua institucionalização social, sua definição e seus objetivos e objetos. No segundo, são analisados os termos apontados como princípios da Arquivística, sob a ótica do construto desenvolvido para esta pesquisa, sugerindo-se interpretações quando à sua existência e/ou aplicação. Finalmente, na Conclusão, busca-se sistematizar os resultados obtidos nos capítulos anteriores em considerações finais sobre as análises realizadas.

Brasília, setembro de 2014.

Vanderlei Batista dos Santos